



Vídeo de reunião ministerial reforça pedido de impeachment

A divulgação nessa sexta-feira, 22, de vídeo de reunião ministerial liberada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Mello, reforça a tese para o pedido de impeachment protocolado ontem, 21, por mais de 400 entidades, entre elas a Condsef/Fenadsef, movimentos sociais, juristas e partidos políticos, na Câmara dos Deputados. De acordo com juristas, o conteúdo da reunião corrobora as acusações do ex-ministro Sergio Moro, de que Bolsonaro manifestou abertamente que faria interferências ilegais na Polícia Federal (PF), o que é suficiente para que o presidente seja processado pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Na Câmara, a pressão a Rodrigo Maia nas redes sociais está intensa.

Cabe ao presidente da Câmara analisar e acatar o pedido. Além das intervenções de Bolsonaro, falas de outros ministros apontam para um estado de total desgoverno. Durante a reunião nada se discutiu sobre ações de combate à pandemia da Covid-19. No Brasil já são mais de 20 mil mortos pela doença e o comportamento de Bolsonaro que pressiona para que o "País volte ao normal" é apontado como outro crime contra a saúde pública.

Trâmite

O inquérito no STF aponta dois crimes pelos quais Bolsonaro pode responder: advocacia administrativa – que consiste na prática de patrocinar interesse privado uti-

lizando-se da administração pública – e obstrução de Justiça. Ele também está sujeito a perder o cargo. A decisão de dar andamento ou não ao processo do presidente é exclusiva do procurador-geral da República, Augusto Aras.

Resistência

O realinhamento de forças na sociedade tem provocado movimentos de resistência ao modelo predatório do governo Bolsonaro que vem levando milhares de brasileiros a sofrer danos sucessivos. O governo, chancelado pela maioria do Congresso Nacional, tem imposto derrotas sucessivas à classe trabalhadora retirando direitos e criando um território fértil para que ainda mais ataques aconteçam.

A resistência tem sido ampliada com atos simbólicos que acontecem desde o último dia 1º de maio, quando um grupo de enfer-

meiras e enfermeiros realizaram protesto na Praça dos Três Poderes e foram atacados por apoiadores de Bolsonaro. De lá pra cá outros protestos já foram realizados, incluindo ato promovido pelo Sindsep-DF em frente ao Palácio do Planalto. As atividades seguem critérios recomendados pelas autoridades em saúde pública, sem gerar aglomeração e com uso de máscaras.

Na próxima quarta, 27, ampliando a tendência dessas atividades, servidores vão promover um Dia Nacional de Luta. A atividade integra ações defendidas pelo Fonasefe, fórum que reúne o conjunto de servidores federais das Três Esferas. Em todo Brasil, atos vão cobrar a defesa da vida, mais serviços públicos e o fim do governo Bolsonaro.

Condsef/Fenadsef / Com informações do Brasil de Fato

SINDSEP
RADIO WEB

Você 24 horas antenado no que acontece no mundo!

Nossas notícias, convocações, avisos, campanhas e muito mais escutando suas músicas preferidas.

BAIXE NOSSO APP no Google play

SINDSEP
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS MARANHÃO

Governo quer reduzir mais direitos trabalhistas e criar novo imposto

O ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, tem dito a empresários que vai retomar a ideia de desonerar a folha de pagamentos, retirar direitos trabalhistas, dificultar a atuação de sindicatos e criar um imposto sobre transações financeiras, nos mesmos moldes da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPFIM), só que com uma nova “roupagem”, que ainda não foi divulgada pelo governo.

O que se sabe até agora é que o novo imposto incidirá sobre transações digitais, bancárias, mas abrangeria também transações com aplicativos como os de transporte, de entrega de comida, aluguel de patinetes, entre outras. É a mesma ideia anunciada no final do ano passado, que foi deixada de lado, antes da pandemia do coronavírus (Covid-19).

Enquanto não houver uma reforma tributária que considere a capacidade contributiva de cada um, que tenha uma faixa de isenção salarial sobre as transações financeiras, não teremos um Brasil com mais igualdade, critica Adriana Marcolino, técnica da subseção do Dieese da CUT Nacional. Para ela, a criação de um imposto sobre transações bancárias deve ser analisada com muito cuidado, pois o atual governo não costuma **taxar os mais ricos**.

Para a técnica do Dieese Adriana Marcolino, com a economia brasileira cada vez mais informalizada, criar um novo tributo sobre aplicativos vai fazer com que a população pague mais sobre esses serviços, sem nenhuma garantia de proteção ao trabalhador nem retorno em políticas públicas.

“A imensa procura pelo **auxílio emergencial** mostra que esses trabalhadores se tivessem alguma proteção das empresas, algum direito, não estariam na fila para conseguir os 600 reais. É mais uma prova de que se esses trabalhadores, e até os intermitentes, tivessem uma proteção não estariam recorrendo ao auxílio”, diz Adriana.

Já a desculpa para retirar direitos trabalhistas é a de sempre: facilitar a vida dos patrões para a retomada do crescimento econômico e, consequentemente, gerar empregos. Guedes defende a liberação, por parte das empresas, do recolhimento de 20% sobre a folha, que é a par-

te que o patrão paga ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e reduzir o valor da contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por um ou dois anos. Ou seja, o mesmo conteúdo da **Medida Provisória (MP) nº 905, da Carteira Verde e Amarela**, retirada pelo governo porque o Congresso Nacional ameaçava não aprovar.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, não sabe fazer outra coisa a não ser defender a cartilha neoliberal que não vê o Estado como indutor da economia e aposta suas fichas na iniciativa privada, acreditando que os empresários irão investir sem investimentos da União. É o Estado que faz grandes obras, que cria demanda de empregos, diz a professora de economia da Unicamp, Marilane Teixeira.

Ela diz que na época da edição da MP nº 905, a ideia de abrir vagas para jovens de 19 a 29 anos, com o discurso de estimular a contratação de uma faixa etária que estava fora do mercado, já era improcedente. Segundo ela, os trabalhadores de 20 a 29 anos correspondem por 25% da força de trabalho ocupada.

“O grande erro de Guedes é insistir na cartilha neoliberal de que o Estado não precisa investir, basta retirar direitos dos trabalhadores, que os empresários com menos custos voltarão a Sobre as **Governo quer sindicatos fracos**

Nas conversas divulgadas de Guedes com parte do empresariado, o ministro da Economia, defende o enfraquecimento dos sindicatos para implantar sua agenda neoliberal, de menos direitos trabalhistas e de menos proteção social.

A técnica do Dieese, Adriana Marcolino, afirma nenhum país vai crescer de forma significativa, com distribuição de renda, com um movimento sindical enfraquecido e sem proteção trabalhista.

“É o movimento sindical que regula os direitos, que checa o recolhimento de verbas previdenciárias, a distribuição de rendimentos nas negociações. Por isso, são instituições importantes na sociedade, não só no Brasil, como no mundo. Se não houver sindicatos fortes o trabalhador será sempre o mais vulnerável nas crises”, alerta.

Escrito por: Rosely Rocha
Matéria completa em cut.org.br

TRABALHADOR SINDICALIZADO É TRABALHADOR PROTEGIDO

Sua contribuição sindical é que garante as lutas nas ruas, no Congresso e nos tribunais.

Fortaleça seu sindicato e garanta seus direitos.



TRABALHADOR SINDICALIZADO É TRABALHADOR PROTEGIDO

Não aceite a campanha antissindical do Governo para diminuir a força dos trabalhadores.

Fortaleça seu sindicato e garanta seus direitos.



TRABALHADOR SINDICALIZADO É TRABALHADOR PROTEGIDO

O governo quer retirar seus direitos. Para lutar contra isso estão os Sindicatos, Federações, Confederações e Centrais Sindicais.

Fortaleça seu sindicato e garanta seus direitos.



TRABALHADOR SINDICALIZADO É TRABALHADOR PROTEGIDO

NÃO CAIA NO CONTO DO VIGÁRIO.
O governo está mandando você tirar nossa contribuição para ter margem consignável?
Fique esperto! A contribuição sindical não interfere na margem para empréstimos. Na realidade ele quer que você perca sua proteção sindical.

Fortaleça seu sindicato e garanta seus direitos.

